

## Fatores de Risco para a Evasão Escolar no Ensino Fundamental e Médio no Brasil

**Ariadina Mendonça Pereira**

*Mestranda - Instituto Lusófono de Educação Superior (ILUSES)*

**Maria da Ascensão Brito de Britto**

*Mestranda - Instituto Europeu de Estudos Superiores (ILUSES)*

**Maria de Jesus Campos Mendonça**

*Mestranda - Instituto Europeu de Estudos Superiores (ILUSES)*

**Vanir Alves de Souza**

*Mestranda - Instituto Europeu de Estudos Superiores (ILUSES)*

**Resumo:** O presente estudo teve por objetivo condensar as evidências existentes sobre os fatores de risco para a evasão escolar no Ensino Fundamental e Médio no Brasil. Como justificativa para o desenvolvimento do presente estudo, tem-se aqui a oportunidade de recuperar novos conhecimentos e lições sobre a questão da evasão escolar. Para tanto, a metodologia aplicada para o desenvolvimento do presente estudo foi a revisão bibliográfica. A pesquisa feita teve um aspecto de exploratória-descritiva, tendo um caráter qualitativo. Concluiu-se que a evasão escolar está ligada a fatores familiares, educacionais e psicossociais. De tal maneira, constatou-se que o desinteresse escolar está ligado a diversos problemas ao longo da vida. Para diminuir a probabilidade desses problemas, é crucial entender os fatores que levam ao abandono escolar contínuo. Até o momento, não existe uma perspectiva quantitativa desses fatores e seus impactos.

**Palavras-chave:** Ensino; Evasão Escolar; Fatores de Risco; Educação.



Recebido em: janeiro, 2026. Aceito em: abril, 2026

DOI: 10.56069/2676-0428.2026.787

**Saberes em Circulação:**

**Experiências, Pesquisas e Transformações Contemporâneas**

*Maio, 2026, v. 3, n. 38*

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



## **Risk Factors for School Dropout in Elementary and High School in Brazil**

**Abstract:** The present study aimed to condense the existing evidence on risk factors for school dropout in elementary and secondary education in Brazil. As a justification for the development of the present study, we have the opportunity to recover new knowledge and lessons on the issue of school dropout. To this end, the methodology applied for the development of the present study was the literature review. The research carried out had an exploratory-descriptive aspect, having a qualitative character. It was concluded that school dropout is linked to family, educational and psychosocial factors. In this way, it was found that the lack of interest in school is linked to several problems throughout life. To decrease the likelihood of these problems, it is crucial to understand the factors that lead to continuous school dropout. To date, there is no quantitative perspective of these factors and their impacts.

**Keywords:** Teaching; School Dropout; Risk Factors; Education.

## **Factores de riesgo para el abandono escolar en primaria y bachillerato en Brasil**

**Resumen:** El presente estudio ha tenido como objetivo condensar la evidencia existente sobre los factores de riesgo para la abandono escolar en la educación primaria y secundaria en Brasil. Como justificación para el desarrollo del presente estudio, tenemos la oportunidad de recuperar nuevos conocimientos y lecciones sobre el tema de la deserción escolar. Para ello, la metodología aplicada para el desarrollo del presente estudio fue la revisión bibliográfica. La investigación realizada tenía un aspecto exploratorio-descriptivo, con carácter cualitativo. Se concluyó que la abandono escolar está relacionado con factores familiares, educativos y psicosociales. De este modo, se descubrió que la falta de interés por la escuela está vinculada a varios problemas a lo largo de la vida. Para disminuir la probabilidad de estos problemas, es fundamental comprender los factores que conducen a la abandono escolar continuo. Hasta la fecha, no existe una perspectiva cuantitativa sobre estos factores y sus impactos.

**Palabras clave:** Enseñanza; Abandono escolar; Factores de riesgo; Educación.

## INTRODUÇÃO

Por muitos anos, a eficácia escolar tem sido uma preocupação significativa para pesquisadores e formuladores de políticas. Os estudiosos tentam compreender por que algumas escolas são mais eficientes do que outras, enquanto os formuladores de políticas buscam formas de identificar e aprimorar o rendimento das escolas com desempenho inferior. A principal inquietação de ambos é como avaliar a eficiência das instituições de ensino. A avaliação mais frequente da eficácia escolar é o rendimento acadêmico, demonstrado nos resultados dos exames dos estudantes (Vitelli *et al.*, 2016).

Neste contexto, tem-se que o exame de pontuação proporciona um indicador direto do aprendizado dos estudantes, considerado um dos resultados mais relevantes da educação. Apesar do rendimento acadêmico dos estudantes ser influenciado por suas características pessoais, estudos recentes têm demonstrado que os resultados também são influenciados pelas características das instituições de ensino que os estudantes frequentam. O abandono escolar também foi um resultado analisado pelos estudos de eficácia escolar (Gugelmin, 2015).

A desistência escolar é vista como um resultado viável para os estudantes, pois, a literatura sobre o assunto vem mostrando, de forma conclusiva, que a escola enfrenta uma variedade de impactos negativos, que vão desde o desemprego elevado e baixos salários até problemas de saúde e crescimento da criminalidade. Da mesma forma que o rendimento escolar, as características da escola também são afetadas por indivíduos. Portanto, a taxa de evasão – a porcentagem de estudantes que deixam a escola – tem sido empregada como indicador de rendimento escolar em pesquisas sobre a efetividade escolar.

Apesar de essas medidas não espelharem os resultados da escolaridade da mesma maneira que as notas dos exames e as taxas de abandono, elas podem ser vistas como relevantes resultados intermediários da educação devido à sua estreita ligação com os resultados dos exames e as taxas de abandono.

Como problema da pesquisa, observa-se que, tanto os estudos teóricos quanto os empíricos, vêm indicando que estudantes que não se dedicam à

escola e não comparecem com frequência, são mais suscetíveis a obter resultados ruins nos exames e correm um risco maior de abandonar os estudos.

Neste contexto, as particularidades das escolas e dos estudantes impactam esses resultados intermediários, uma vez que, segundo Paliano (2020), afetam os resultados finais dos exames, as pontuações e as taxas de desistência. Sendo assim, questiona-se: quais fatores podem ser considerados de risco para o abandono escolar e qual é o seu efeito?

Portanto, o presente estudo teve por objetivo condensar as evidências existentes sobre os fatores de risco para a evasão escolar no Ensino Fundamental e Médio no Brasil.

Como justificativa para o desenvolvimento do presente estudo, tem-se aqui a oportunidade de recuperar novos conhecimentos e lições sobre a questão da evasão escolar. Deste modo, o tema se mostra relevante por examinar a evasão escolar, considerando os motivos que levam os jovens a deixar a escola e identificar os fatores que contribuem para esse abandono.

Para tanto, a metodologia aplicada para o desenvolvimento do presente estudo foi a revisão bibliográfica. Tal método foi aplicado por meio de obtenção e análise de artigos científicos, dissertações, teses e publicações. Todo o material foi obtido por meio de *sites* de busca eletrônica e bibliotecas virtuais, tais como *Google Acadêmico* e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Como critérios de seleção, optou-se por selecionar apenas obras publicadas nos últimos vinte anos (2005-2025). Posteriormente a etapa de levantamento bibliográfico, foi então feita uma triagem e seleção do material que aborda em característico a temática estudada. A pesquisa feita teve um aspecto de exploratória-descritiva, tendo um caráter qualitativo.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. Evasão Escolar**

Inicialmente, compete dizer que a evasão escolar é uma questão social, já que suas consequências podem resultar na exclusão social do estudante. Pois, a evasão escolar não é apenas um problema da escola, mas, também da

família, das políticas governamentais, uma vez que o Estado não desempenha adequadamente seu papel (Freitas, 2007).

Segundo Neri (2009, p. 25), a evasão escolar está ligada ao envolvimento do estudante “na criminalidade, ao conflito familiar, à baixa qualidade da educação, à exigência do aluno em trabalhar para auxiliar a família e até mesmo para o seu próprio sustento, entre outros aspectos”.

Observa-se que o fenômeno da evasão e reprovação está longe de ser resultado de traços individuais dos estudantes e de suas famílias. Em vez disso, ilustram como a escola acolhe e intervém nos membros desses variados segmentos da sociedade (Sousa, 2011).

A evasão escolar é um problema que ultrapassa as fronteiras da sala de aula e ultrapassa os limites da instituição de ensino, devido a várias razões de natureza social e principalmente econômica, como a necessidade do estudante de trabalhar para auxiliar nas despesas de sua casa, violência no ambiente escolar, ausência de docentes, escassez de recursos pedagógicos e a formação insuficiente proporcionada pela escola aos estudantes (Freitas, 2007).

Por outro lado, Salla (2011, p. 79) menciona que os fatores externos incluem “o emprego, as disparidades sociais, o relacionamento familiar e o uso de drogas. Os internos mais frequentes se baseiam na própria instituição de ensino, na linguagem e no professor”.

É importante aqui destacar que, em relação aos fatores externos, existe a necessidade frequente que o jovem enfrenta de trabalhar para o seu sustento e o da sua família, o que acaba por desencorajá-lo a frequentar a escola, mesmo à noite, devido ao cansaço do dia a dia (Salla, 2011).

De acordo com Neri (2009, p. 53), “uma política educacional pública bem-sucedida requer a colaboração mútua de pais e estudantes”. Não basta vencer todos os desafios para atingir as melhores práticas educacionais, precisa também haver um entendimento completo de todos os participantes sobre seu papel como co-construtores de uma educação de alto padrão.

Deste modo, em outras palavras, entende-se que toda e qualquer política pública se encontra sujeita ao fracasso sem que haja a participação ativa de todos, especialmente dos alunos, para que assim se possa alcançar os resultados almejados (Sousa, 2011).

Segundo Fornari (2010, p. 79), “as razões para a evasão escolar não se limitam apenas à escola e ao social, mas, também ao estudante e seus pais ou tutores”. A taxa de abandono escolar só será reduzida quando todos os envolvidos compreenderem a necessidade de colaboração para realizar um trabalho eficaz, contribuindo para o avanço positivo nas escolas e reduzindo o índice de abandono escolar.

Mesmo com o crescimento de 6% em 2012, para 20% em 2022, no número de jovens que terminam o Ensino Médio na idade adequada (dezessete anos), ainda persiste uma quantidade significativa, 1,4 milhão de jovens entre quinze e dezessete anos que abandonam a escola, sendo que 53% sequer terminaram o Ensino Fundamental. Dos 621 mil jovens que se evadiram, 36% ou 213 mil já eram mães nessa idade, enquanto apenas 3% continuaram seus estudos. Por outro lado, 64% dos homens estavam empregados ou à procura de trabalho (Vogel, 2023).

O desinteresse pelos estudos trata-se de um dos principais motivos de desistência escolar. Sendo assim, há muito a ser feito para eliminar a evasão escolar das escolas brasileiras. No entanto, para que isso aconteça, é necessário compreender um pouco sobre políticas públicas (Fornari, 2010).

Segundo Secchi (2010, p. 05), uma política pública é uma orientação formulada para “lidar com um problema coletivo, orientando ações ou inações de indivíduos; as ações ou inações resultantes dessa orientação também são componentes de uma política pública”. Uma política pública contém dois componentes essenciais: “a intenção pública e a resposta a um problema coletivo”.

Em outras palavras, a razão para a criação de uma política pública é o tratamento. Portanto, compreende-se que as políticas públicas representam as escolhas feitas pelo Estado e pela sociedade para atenuar problemas que impactam a todos (Vogel, 2023).

Segundo Oliveira (2010, p. 86), “as políticas educacionais são as medidas tomadas pelo Estado em relação à educação”. Dito isto, “essas políticas públicas educacionais se referem às decisões governamentais que afetam o ambiente escolar como local de ensino e aprendizagem”.

Portanto, significa que as políticas educacionais são utilizadas para tomar decisões sobre melhorias nas escolas, seja em termos de material, infraestrutura e vários outros aspectos. No entanto, para que tudo isso ocorra, é essencial fazer escolhas acertadas para garantir uma educação de alto padrão (Secchi, 2010).

Freitas (2007, p. 50) adverte que “a luta contra a evasão escolar inicia com a oferta de uma educação de alta qualidade, com docentes qualificados, valorizados e incentivados a realizarem a tarefa de educar (e não somente de ensinar)”, com foco especial nos estudantes mais indisciplinados e com maiores dificuldades de aprendizado (pois, são estes, mais do que qualquer outro, os que mais precisam da sua intervenção).

Freitas (2007, p. 51) destaca ainda a importância de conselhos escolares verdadeiramente participativos, representativos e atuantes; instituições de ensino que sejam verdadeiramente participativas, representativas e atuantes. “No Brasil, existem vários programas e iniciativas para aprimorar a educação”. Portanto, é crucial conversar com alunos, professores e administradores para promover uma melhor aceitação e educação, fazendo com que os alunos se interessem mais pelos estudos, diminuindo assim a taxa de abandono escolar.

## **2.2. Evasão Escolar: Uma Questão Social**

Sabe-se que a educação é a solução para vários problemas que se enfrenta no Brasil, que vão desde a Segurança Pública, a desigualdade, até a participação política. A educação é o ponto inicial para a mudança na sociedade a qual se habita. Uma educação de alto padrão, que não se limita a preparar os alunos para o mercado de trabalho, mas, que pode ir além – formando profissionais e cidadãos (Amorim, 2018).

No entanto, como esperar isso de um país que, desde a sua colonização, enfrenta caos político e econômico, governado por elites que nunca se empenharam verdadeiramente em estabelecer uma política educacional abrangente, com um passado que se reflete na realidade brasileira até os dias de hoje? Frente a isto, debater soluções para alguns problemas brasileiros parece inalcançável, e um deles é a educação (Bertoldo, 2015).

Segundo Carmo (2016, p. 21), “o sistema educacional brasileiro possui raízes históricas, que é o resultado de várias intervenções governamentais no ambiente escolar, se submetendo à política imposta pelas elites”. Ainda conforme o autor, “mesmo com todos os progressos alcançados nas últimas décadas, o sistema educacional do Brasil ainda é extremamente elitista”.

No Brasil, apenas as elites possuem o direito e as condições para a educação, que é realizada no âmbito privado. No que diz respeito às camadas mais vulneráveis e dependentes exclusivamente do ensino público, o Estado não assegura uma educação completa e isenta das mazelas de uma sociedade desigual como a brasileira (Cunha, 2017).

A educação pública, fruto de debates conflituosos de ideologias e conflitos de classes, continua a ser afetada pelas mudanças e imposições de um Estado que não se importa com o futuro de sua juventude e que enxerga a educação como uma "despesa" e não como um investimento de longo prazo (Dentz; Silva, 2015).

Conflitos estes propositais que estabelecem um projeto de sociedade que começa na educação, sem se preocupar em formar cidadãos conscientes e preparados para os desafios da vida ou do mercado de trabalho, e que não busca garantir a plena realização do direito à educação. Por essas razões, ainda se tem elevadas taxas de analfabetismo, evasão escolar e jovens em idade escolar fora da escola (Bertoldo, 2015).

Além disso, os problemas sociais que afetam principalmente a juventude brasileira, agravam ainda mais a situação do país em termos de formação e educação pública, um completo desequilíbrio gerado pela desigualdade social resultante do sistema capitalista de produção. A realidade das instituições e políticas educacionais no Brasil tem demonstrado ineficácia em cumprir alguns de seus propósitos (Carmo, 2016).

Desta maneira, diminuir os níveis de analfabetismo, abandono escolar, diferenciação entre séries e minimizar os efeitos da questão social no ambiente escolar, são alguns dos aspectos onde essas políticas têm falhado há décadas. Portanto, compreende-se que a origem da questão social está relacionada ao processo de acumulação e reprodução do capital (Amorim, 2018).

À medida que o pauperismo se espalha em uma parte da população, a capacidade de gerar riqueza cresce e a apropriação privada dessa riqueza se dá a uma parcela menor da população. Os efeitos dessa desigualdade são as manifestações da questão social, que se manifesta na sociedade por meio da pobreza, exclusão social e desigualdade social, política e cultural (Lima; Jimenez, 2011).

Conforme destacado por Karl Marx em sua famosa obra "O Capital", a origem da questão social reside na Lei Geral da Acumulação Capitalista, onde a produção se torna cada vez mais social, enquanto a apropriação se torna privada. Da mesma forma que aumenta a riqueza de poucos capitalistas, a pobreza entre os trabalhadores aumenta exponencialmente (Silva; Dantas; Dantas, 2017).

As expressões da questão social mencionadas aqui têm um grande impacto não apenas na vida dos indivíduos, mas, também nas relações sociais e nas instituições públicas, incluindo as escolas. Os conflitos atuais na educação do Brasil resultam de uma presença tardia de um projeto de democratização da educação pública no país, ainda inacabado, que sofre as repercussões das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX (Krawczyk, 2011).

Essas mudanças provocaram grandes mudanças no âmbito cultural, econômico e social, que ainda impactam na educação pública brasileira. Nesta conjuntura, um dos principais desafios enfrentados pela educação no Brasil, ao longo de sua história e ainda hoje, é a evasão escolar (Lima; Jimenez, 2011).

De acordo com Duayer; Siqueira e Escurra (2013, p. 167), fatores externos e internos, que vão desde o sistema educacional até a questão social na qual os jovens brasileiros estão inseridos, "influenciam diretamente a sua permanência nas instituições de ensino".

De acordo com a Constituição da República Federal do Brasil de 1988 (CRFB/1988), a educação é considerada um direito universal, responsabilidade do Estado e da família, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral do indivíduo, sua capacitação para a cidadania e sua capacitação para o trabalho (Brasil, 1988).

Para tanto, segundo Amorim (2018, p. 90), a educação deve ser ministrada "com base na igualdade de condições para ingresso e permanência

na escola, um dos seus princípios que deveria assegurar o acesso, a continuidade e a excelência na educação”.

Assim, de acordo com a CRFB/1988 e o Plano Nacional de Educação (PNE), o Estado tem a responsabilidade de erradicar o analfabetismo e garantir a universalização do ensino. Isso significa garantir que todos tenham a mesma chance de aprendizado, esteja em idade escolar ou não (Brasil, 1988); (Brasil, 2014).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no que diz respeito ao direito à educação, que é comum a ambos, o Art. 4º estabelece que é uma obrigação da família, da comunidade, da sociedade como um todo e do Poder Público (Brasil, 1990).

Como é de conhecimento, a escola é uma instituição que busca a igualdade, proporcionando educação para todos e contribuindo para a redução das desigualdades sociais, além de aprimorar a qualidade de vida dos indivíduos. Portanto, é crucial que a educação escolar busque superar e eliminar todos os preconceitos, discriminações raciais, sociais, de gênero e orientação sexual, combatendo todas as formas de discriminação e incentivando a inclusão, expandindo e adaptando-se às diversidades presentes no dia a dia e na existência do aluno (Duayer; Siqueira; Escurra, 2013).

Há duas visões que impactam os alunos sobre a evasão e a educação: a escolar, que atribui a tarefa de transmitir conhecimentos; e a familiar, vista como parte essencial do processo de formação do aluno, a quem cabe a tarefa de inseri-lo no contexto social. Ambas são responsáveis pelo desempenho de suas funções educativas, influenciando ou não o processo de aprendizado (Silva; Dantas; Dantas, 2017).

Compreende-se a evasão escolar como a negação não apenas do direito à educação, mas, também de todos os outros que o compõem e que, conseqüentemente, impactam na garantia desse direito para crianças e adolescentes, bem como na prestação de assistência em todos os seus aspectos (Bertoldo, 2015).

A evasão escolar é um processo intrincado, dinâmico e cumulativo, que resulta na saída dos jovens das escolas. Não existe uma única causa ou motivo para isso, nem uma única solução. As dimensões que envolvem a evasão

abrangem o aluno, a família, a instituição de ensino e a comunidade onde residem (Bertoldo, 2015).

Entre as razões para o abandono escolar no Ensino Médio, por exemplo, estão o envolvimento com o tráfico de drogas ou o consumo de drogas, a violência, as repetidas reprovações, a distinção entre idade e série, a necessidade de trabalho para complementar a renda familiar, a gravidez na adolescência, a falta de apoio familiar e escolar, a percepção de incapacidade de avançar de ano e uma escola pouco atraente (Silva; Dantas; Dantas, 2017).

Como mencionado por Krawczyk (2011, p. 77), “as motivações para a conclusão do Ensino Médio variam entre as diversas camadas sociais.” Para uma parte da sociedade, “concluir o Ensino Médio é algo natural e percebido como um prêmio, seja pela família ou pela entrada no Ensino Superior”.

O problema reside nas camadas sociais onde essa questão não é percebida nem considerada uma opção, não fazendo parte de seu capital cultural ou das vivências familiares. Assim, os jovens dessa camada não são pressionados a prosseguir com os estudos (Silva Filho; Araújo, 2017).

Ao discutir as experiências familiares e a falta de cobrança para a continuidade dos estudos, Rodrigues (2020, p. 08) aborda gerações passadas que não deram importância à educação. Por essa razão, “podem passar essa ideia para as gerações atuais, que acabam por ignorar essa fase e dar prioridade ao mercado de trabalho”.

Apesar de a escola não ser tão atrativa, é inegável o crescimento do número de anos de estudo entre as gerações mais jovens no Brasil. Apesar de o Brasil estar atrás de outros países latino-americanos, ainda persistem distorções entre série e idade, e índices de analfabetismo funcional (Dentz; Silva, 2015).

Isto significa dizer que o Brasil está atualmente lidando com uma geração de jovens de baixa renda, mais educados que seus pais, mas, que enfrentam muitos desafios para encontrar propósito na vida acadêmica, para pensar no mundo laboral a partir do ambiente escolar e para conseguir emprego (Crawcyk, 2011).

No Brasil, ainda existe um perfil de famílias de baixa renda que não veem na educação uma perspectiva de futuro para seus jovens, um pensamento

reforçado pelo fato de o acesso à universidade não ser acessível a todos. Existem duas visões a serem consideradas: uma individual, onde o estudante é responsável pelas circunstâncias que causam sua desistência escolar, como o seu percurso escolar; e a institucional, que considera a escola, a família, a comunidade e as comunidades onde o aluno está inserido (Rodrigues, 2020).

Segundo Rodrigues (2020, p. 09), “o Brasil apresenta a terceira maior taxa de evasão escolar entre os cem países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)”. Além disso, “possui a menor média de anos de estudo entre os países da América do Sul”. A escola é o elemento crucial para manter ou abandonar o aluno no ambiente escolar, mas, isso não implica que ela seja a responsável por resolver essa questão.

Frente a isto, o Estado, o sistema educacional e a própria questão social são elementos que moldam e orientam a vida desses alunos. Sendo assim, torna-se imprescindível uma abordagem abrangente do assunto e uma compreensão contextual do problema para compreender, de forma mais eficaz, o processo de abandono escolar (Amorim, 2018).

De acordo com Silva Filho e Araújo (2017, p. 48), “a evasão é o ato de se evadir, fugir, abandonar, sair, desistir ou não continuar em um determinado local”. Em relação à evasão escolar, refere-se ao abandono ou fuga da escola devido à realização de outra atividade. Refere-se também ao desligamento definitivo ou temporário do estudante da instituição, com todos os possíveis motivos relacionados à condição de vida da população, resultantes da desigualdade social, especialmente quando se considera a demanda por trabalho.

A escola que busca inclusão e igualdade de oportunidades, frequentemente, se torna um local de exclusão e perpetuação da ideologia estatal, responsabilizando os usuários do serviço pelo abandono escolar, como se estes não fossem afetados pelas consequências da desigualdade social, especialmente quando se trata de estudantes do Ensino Médio de escolas públicas, onde a maioria esmagadora dos estudantes é de baixa renda (Cunha, 2017).

Alguns especialistas argumentam que a origem da evasão reside em fatores internos, concluindo que a escola tem um papel crucial no êxito ou

insucesso dos estudantes, especialmente os das camadas menos favorecidas da população. Isso explica, teoricamente, a natureza reprodutora dessa instituição, vista como um instrumento ideológico do Estado (Silva; Dantas; Dantas, 2017).

De acordo com Amorim (2018, p. 130), “a evasão e a repetência não estão ligadas às particularidades individuais dos estudantes e de suas famílias”. Para este autor, “representam a maneira como a escola acolhe e atua sobre indivíduos de variados setores da sociedade”.

De acordo com os ensinamentos de Silva Filho e Araújo (2017, p. 80), “entre os obstáculos que afastam os estudantes da escola, estão as relações entre a escola, o professor e o estudante”. Deste modo, cada estudante traz suas próprias vivências intelectuais e culturais.

A escola não conhece o histórico e as condições socioeconômicas, políticas e ideológicas de cada estudante, frequentemente, negligenciando o ponto crucial para reduzir a distância desses estudantes da instituição: a inclusão. Outro aspecto a ser ressaltado, trata-se da expectativa dos estudantes ao concluir o Ensino Médio. Ao mesmo tempo em que se orgulham de superar o nível de escolaridade de seus pais, eles se desapontam com a maneira como o processo de ensino é conduzido, devido à carga que o acompanha (Dentz; Silva, 2015).

Em outro momento, veem o anseio de entrar na universidade como algo que não se encaixa para a maioria, o que desencoraja a persistência nos estudos e torna o trabalho, mesmo que desqualificado, um anseio da maioria, seja por necessidade econômica ou por necessidade familiar. Os motivos que levam o aluno a abandonar o sistema de ensino são diversos e abrangem a questão social e suas variantes, a desigualdade social que ultrapassa as barreiras da escola, a vida dos alunos e seus relacionamentos familiares (Amorim, 2018).

As expressões dessa conjuntura abrangem desde a deterioração do trabalho, que inclui salários baixos, desemprego, extensas jornadas de trabalho que debilitam as relações e vínculos familiares. Isso também se reflete nas precárias condições de saúde, moradia, educação e assistência básica, que são essenciais para todos os usuários da rede pública de ensino, garantindo sua entrada e permanência na escola (Silva; Dantas; Dantas, 2017).

Deste modo, a evasão escolar se apresenta como uma manifestação do problema social na escola pública. A maioria dos casos de evasão decorre das repercussões dessa fora do ambiente escolar, seja no contexto familiar, cultural, político ou econômico (Dentz; Silva, 2015).

Portanto, para intervir nesse indicador, é imprescindível a ação direta do Poder Público, proporcionando, primeiramente, uma educação de alta qualidade que abranja todas as esferas da sociedade brasileira, semelhante à educação estipulada nos documentos que estabelecem diretrizes e objetivos para uma educação equitativa e universal (Cunha, 2017).

### **2.3. Fracasso Escolar: Caminho Para a Evasão Escolar**

A questão do insucesso escolar nos dias de hoje é amplamente debatida, considerando diversos fatores, incluindo: sociais, econômicos, culturais, psicológicos e biológicos. Embora seja enfatizado o processo educativo realizado em sala de aula, o principal obstáculo é a ausência de interação professor-aluno e o conhecimento adquirido por ambos, resultando em um desempenho insatisfatório (Digiácomo, 2011).

Nunes (2011, p. 51) comenta sobre o êxito e fracasso do estudante, destacando “o equívoco e a injustiça que se pode cometer ao responsabilizar o estudante por qualquer insucesso escolar, negligenciando, muitas vezes, uma análise crítica e completa de cada situação”, levando em conta a dimensão política e filosófica da educação, o contexto escolar e o papel do docente.

Assim, o desânimo no processo cognitivo é também consequência da baixa qualidade do ensino, que a escola apresenta como um problema exclusivamente do estudante para ocultar seu próprio insucesso. Aranha (2009, p. 17) reforça essa ideia ao afirmar que “o insucesso escolar é uma resposta inadequada do estudante a uma exigência ou demanda da escola”.

A escola costuma responsabilizar o estudante pelo seu próprio insucesso, excluindo-o da parte da responsabilidade que lhe é atribuída, especialmente pela prática inadequada dos docentes, que não favorecem um rendimento escolar satisfatório (Ferreira. 2011).

A maior parte da culpa ainda é atribuída a problemas individuais dos estudantes, conforme evidenciado pela reação dos docentes a certos aspectos específicos do ensino nas escolas, onde prevalece o conservadorismo que emprega táticas de responsabilizar a vítima pelo próprio insucesso. Portanto, com o exposto acima, nota-se que os elementos responsáveis pelas dificuldades de aprendizagem possuem diversas determinações, ou seja, existem diversas causas ligadas a elas (Aranha, 2009).

#### **2.4. Fatores Que Contribuem Para a Evasão Escolar**

Este processo de evasão é composto por elementos como: o currículo, frequentemente inadequado; o sistema de avaliação que promove o desenvolvimento do estudante; a metodologia, frequentemente transmitida de forma imprópria ao aluno; e a ausência de uma relação emocional entre professor e aluno (Gandra, 2017).

Costa, Britto e Waltenberg (2020, p. 61) ressaltam que “a escola tem a responsabilidade social de promover a inclusão, particularmente dos estudantes com dificuldades, frequentemente oriundos das camadas populares mais baixas”. Ademais, a escola deve promover o crescimento completo do estudante, buscando identificar e atenuar as razões de seu insucesso escolar.

Nota-se que outro elemento crucial neste processo, trata-se precisamente da relação entre professor e aluno. Em outras palavras, o respeito às diferenças individuais promove situações de ensino-aprendizado personalizadas com o estudante (Costa; Britto; Waltenberg, 2020).

Algumas razões para a baixa interação entre professor e aluno podem ser atribuídas às salas de aula superlotadas, onde o docente não consegue lidar com a diversidade e criar estratégias que favoreçam o melhor desempenho dos estudantes. Finalmente, o docente redimensiona seu trabalho e cria um "bode expiatório" para o insucesso escolar, um estudante que, sob a justificativa de não querer nada, transfere a responsabilidade para o professor (Abdo, 2018).

Neste contexto, a avaliação tem um papel fundamental no insucesso escolar. A avaliação atua como um ponto de motivação e formação do autoconceito. Os estudantes que se beneficiam do processo obtêm sucesso, no

entanto, aqueles que não alcançam resultados satisfatórios, começam a sentir-se desmotivados (Portella; Bussmann; Oliveira, 2017).

Portanto, é imprescindível reavaliar a prática de avaliação escolar sob uma perspectiva integrada, inovadora e inclusiva. Além disso, exige uma alteração de comportamento e atitude do docente, considerando que auxilia na superação do insucesso do estudante no contexto escolar. A seguir, são destacadas algumas causas mais evidentes (Abdo, 2018).

## **2.5. Diferenças Sociais**

Nota-se que a ausência de estímulo e motivação dos estudantes de classes sociais menos favorecidas, seja no aspecto econômico ou cultural, tem impactado de maneira considerável no processo de aprendizado, procedendo em resultados insatisfatórios no desempenho escolar (Riani; Assis, 2017).

Portanto, a disparidade social, frequentemente reproduzida no contexto escolar (sala de aula), pode justificar o insucesso dos estudantes de classes sociais menos favorecidas. Neste cenário, Shirasu e Arraes (2016, p. 28) apresentam o seguinte raciocínio: “as disparidades sociais, disfarçadas sob o manto das alegadas disparidades pessoais, colocam a Psicologia em evidência, auxiliando as instituições de ensino a justificar o acesso desigual dos estudantes a níveis mais altos”.

Assim, com o exposto até aqui, entende-se que a escola necessita implementar medidas para reverter os elevados índices de insucesso escolar, a fim de ampliar as chances de acesso e permanência desses estudantes no ambiente escolar (Riani; Assis, 2017).

## **2.6. Afetivos e Emocionais no Ambiente Escolar**

Isso ocorre porque, à medida que a escola rotula a questão do fracasso, o estudante começa a exibir um certo nível de inibição, insegurança e até desinteresse pela escola. A baixa autoestima do estudante pode causar dificuldades no aprendizado e na adaptação à escola. O ensino de baixa qualidade, o preconceito e o estigma, podem favorecer que o estudante

apresente comportamentos vistos como difíceis e desempenho acadêmico insatisfatório, resultando em sua reprovação (Shirasu; Arraes, 2016).

Certas circunstâncias podem mesmo levar o estudante a evitar a escola, podendo levar até à desistência total. Quando as experiências de insucesso se repetem, pode haver uma generalização para outras circunstâncias, ou seja, o estudante fracassa em Matemática e pode começar a se sentir incapaz para outras tarefas escolares (Portella; Bussmann; Oliveira, 2017).

Neste ponto, a atuação do professor no dia a dia escolar torna-se um dos pilares transformadores que podem reforçar as concepções predominantes na escola, ligadas ao processo de seleção e exclusão social. Portella; Bussmann e Oliveira (2017, p. 64) ampliam o debate ao declarar que “é estabelecida a ideologia de que os alunos de destaque atingirão as posições sociais mais elevadas, graças aos seus próprios méritos”. Pela mesma lógica que atribui aos fracassados a responsabilidade pelo seu próprio insucesso, eles falham devido à ausência de méritos individuais.

De acordo com Gandra (2017, p. 37), “o insucesso escolar é utilizado para legitimar a hierarquia social”. Portanto, é imprescindível redefinir o fracasso escolar através da revisão da prática do professor no ambiente de sala de aula. Isso ocorre porque, da mesma forma que a atuação do professor contribui para o sucesso do estudante, também pode contribuir para o seu insucesso.

Segundo Costa; Britto e Waltenberg (2020, p. 50), “diversos preconceitos estão presentes no ambiente escolar quando a escola reproduz a ideologia de dominação estatal”, ocultando o insucesso escolar através da busca por uniformidade, maturidade ou prontidão. Esses valores contrastam com a diversidade proposta por Vygotsky apud Riani e Assis (2017, p. 47) em seu conceito de zona de desenvolvimento próximo, que enfatiza “a relevância da interação entre os indivíduos”.

Assim, a escola falha em cumprir seu principal papel, que é possibilitar a apropriação coletiva do saber. Shirasu e Arraes (2016, p. 30) acrescentam que, “geralmente, a escola associa o ‘erro’, a representação do não saber, ao significado de fracasso. Diante do objetivo de acertar, evita-se, negando toda a sua importância pedagógica”.

O "erro" identifica o estudante como "incapaz de aprender", estigmatizado, recebendo assim a classificação de incompetente. O "erro" inescapável no processo de aprendizado torna-se negativo, impedindo que a criança experimente e manifeste seu autêntico processo de aprendizado e desenvolvimento (Shirasu; Arraes, 2016).

Essa perspectiva surge da incapacidade de enxergar o "erro" como um componente do processo de aquisição de conhecimento. Portanto, a escola oculta a questão do fracasso, usando o erro como proteção, ao invés de utilizá-lo como meio de construir o sucesso do estudante. Isso representa um grande desafio para o educador, particularmente na escola pública (Portella; Bussmann; Oliveira, 2017).

## **2.7. A Problemática em Torno Dos Fatores Que Levam a Evasão Escolar**

Muitos adolescentes brasileiros, historicamente, abandonaram a escola para se dedicarem ao trabalho. Em outras palavras, interromper os estudos durante o Ensino Médio para auxiliar os pais em casa. Embora a desistência escolar continue sendo um desafio para as instituições de ensino, tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio, o número de estudantes que deixam a escola é o que mais chama a atenção (Portella; Bussmann; Oliveira, 2017).

De acordo com o Censo Escolar de 2024, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/Ministério da Educação e Cultura (INEP/MEC), 17% dos alunos de escolas públicas que concluem o Ensino Fundamental não conseguem se inscrever no Ensino Médio (Brasil, 2024).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 2024, 19% dos inscritos não finalizaram os estudos na educação básica. No entanto, essa situação tem melhorado consideravelmente, graças às políticas públicas que favorecem a permanência do estudante no Ensino Médio em sala de aula, por meio de programas governamentais (Brasil, 2024).

Costa; Britto e Waltenberg (2020, p. 63) destacam alguns elementos que justificam a estabilização dos índices de evasão escolar no Ensino Fundamental e Médio. Segundo os autores, "a obrigatoriedade do Ensino Fundamental

estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) auxilia na compreensão das desigualdades”.

Silva; Dantas e Dantas (2017, p. 28) acreditam que “já é o momento de considerar o Ensino Médio como um nível de educação obrigatório”. No Ensino Médio, um jovem que se prepara para a vida adulta busca adquirir estabilidade financeira, buscando emprego e deixando a escola em segundo ou terceiro plano em sua vida.

A continuidade da desistência escolar no ensino obrigatório também está ligada a fatores como a progressão contínua e as políticas públicas de apoio. O que ocorria anteriormente e que era registrado nos registros de evasão, era identificado como repetição antecipada (Riani; Assis, 2017).

Nisto, tanto o jovem quanto o adolescente, geralmente nos meses de setembro/outubro, deixavam a escola por terem consciência de que não seriam aprovados. Atualmente, com a progressão contínua, sem o risco de reprovação, esse fenômeno se extinguiu. No entanto, para o Ensino Médio, ainda persiste em várias escolas no Brasil (Cunha, 2017).

Outra questão são as políticas governamentais que influenciaram a transformação do comportamento social. De acordo com Amorim (2018, p. 22), os jovens e adolescentes das classes mais desfavorecidas, “que antes precisavam trabalhar para complementar a renda familiar, atualmente, com o incentivo do Bolsa Família<sup>1</sup>, que exige a presença escolar, acabam comparecendo mais às escolas”.

No entanto, após a conclusão do Ensino Fundamental ou quando o estudante completa quinze anos, a família deixa de ter o apoio do Bolsa Família. Então, este jovem é visto como apto para trabalhar sem que isso seja visto como exploração do trabalho de menores (Portella; Bussmann; Oliveira, 2017).

Atualmente, este fenômeno já evoluiu consideravelmente, uma vez que a idade dos alunos da escola pública foi estendida até os dezessete anos. Esta idade coincide precisamente com o período em que o estudante está no Ensino Médio, e a partir deste ponto, surgem desafios para equilibrar o trabalho e os estudos. Um estudo conduzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural

---

<sup>1</sup> Programa de transferência de renda do Governo Federal do Brasil.

Organization - UNESCO) revela que a maioria das políticas públicas direcionadas à juventude abrangem crianças e jovens até os dezessete anos (Rodrigues, 2020).

De acordo com Silva; Dantas e Dantas, 2017, p. 43), “há um grupo com mais de dezessete anos que não é contemplado por políticas públicas voltadas para assegurar a continuidade dos alunos nas instituições de ensino”. Assim, entende-se que a evasão escolar é uma questão que se agrava constantemente, impactando principalmente as instituições públicas de ensino.

Neste contexto, diversas discussões e debates têm sido conduzidos na tentativa de identificar o "culpado" e a "solução" para este problema. Portanto, as discussões têm se concentrado no papel dos segmentos: família e escola no convívio do estudante no contexto escolar (Shirasu; Arraes, 2016).

No Brasil, essa questão requer atenção, uma vez que não é um problema limitado a algumas instituições educacionais, mas sim, uma questão de âmbito nacional que impacta principalmente as classes menos favorecidas. Este dilema frequentemente está ligado às dificuldades enfrentadas pelos estudantes, como a baixa renda familiar, contribuindo para o crescimento constante do número de adolescentes que abandonam a escola para entrar no mercado de trabalho (Costa; Britto; Waltenberg, 2020).

Embora seja uma questão antiga, a evasão escolar continua sendo um desafio nos dias de hoje, apesar dos avanços significativos tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio. Atualmente, é notável a quantidade de crianças e adolescentes que precisam abandonar a escola para enfrentar a dura realidade do trabalho infantil e juvenil. Entre esses índices, ressalta-se a importância de trabalhar para auxiliar a família e também para garantir o próprio sustento (Cunha, 2017).

Outro fator comum para essa evasão é o envolvimento com a criminalidade e a violência. O conflito familiar, a baixa qualidade da educação, entre outros elementos, são todos vistos como componentes essenciais e comuns da evasão escolar. A evasão escolar também envolve o não comparecimento dos estudantes inscritos em sala de aula, o que é uma das principais causas de reprovação escolar, além de gerar outros problemas como a distorção idade/ano de ensino e o próprio abandono (Riani; Assis, 2017).

Conforme Queiroz (2011, p. 32), “a evasão escolar, que não é um problema exclusivo de algumas escolas, mas uma questão nacional, tem desempenhado um papel significativo nas discussões e estudos educacionais no Brasil”, juntamente com as questões do analfabetismo e da falta de reconhecimento dos profissionais da educação, evidenciada na remuneração insuficiente e nas condições de trabalho insalubres.

De tal maneira, por causa deste dilema, os educadores estão cada vez mais preocupados com as crianças que ingressam na escola, entretanto, que não permanecem nela. Meneses (2011, p. 55) destaca que a questão da evasão escolar “é uma questão com raízes históricas, ligada a uma política imposta pelas elites, que conta com sucessivas intervenções governamentais na transformação do sistema educacional”.

De acordo com Queiroz (2011, p. 33), na maioria dos motivos para a evasão escolar, “a escola tem a função de apontar a desestruturação familiar, enquanto o professor e o estudante não assumem o compromisso de aprender, tornando a aprendizagem um jogo de empurra”.

Assim, entende-se que a escola deve estar equipada para acolher e educar estas crianças e adolescentes, provenientes de uma sociedade injusta. Para isso, é necessário que os docentes sejam dinâmicos, responsáveis, criativos, aptos a inovar e tornar o ambiente de aula um espaço cativante e motivador (Meneses, 2011).

Nesta perspectiva, Azevedo (2011, p. 41) endossa a discussão ao declarar que “a questão da evasão e repetência escolar no país representa um dos maiores desafios para as redes públicas de ensino. Isso se deve a diversos fatores, incluindo sociais, culturais, políticos e econômicos”. Além disso, a escola tem contribuído cada vez mais para o agravamento do problema, devido a uma prática pedagógica obsoleta.

Frequentemente, os motivos para o abandono escolar podem ser exemplificados quando o estudante deixa a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são inadequadas; os horários não são adequados às obrigações que tiveram que assumir; evadem por falta de vagas, ausência de professores, escassez de recursos didáticos; e também deixam a

escola por acreditarem que a educação que recebem não é relevante para eles (Azevedo, 2011).

Conforme Ferreira (2011, p. 80), “existem várias e variadas razões para o abandono escolar ou falta do estudante”. Contudo, ao considerar os fatores que influenciam a ocorrência do fenômeno, Aranha (2009, p. 37) fala que é possível classificá-los, agrupando-os da seguinte forma:

**Escola:** pouco atraente, autoritária, professores mal preparados, insuficientes, falta de motivação entre outros;  
**Aluno:** desinteressado, indisciplinado, com problemas de saúde, gravidez, entre outros;  
**Pais/responsáveis:** falta de cumprimento do poder familiar, desinteresse no futuro dos filhos;  
**Social:** trabalho incompatível com os estudos, conflitos entre colegas etc.

Ainda de acordo com os dizeres de Aranha (2009, p. 38), os maiores desafios que os jovens enfrentam atualmente no Ensino Médio incluem os seguintes fatores: “turmas superlotadas (podem chegar a cinquenta estudantes por sala); matérias extensas e específicas; professores despreparados para lidar com o estágio de desenvolvimento dos estudantes”. De acordo com Ferreira (2011, p. 81):

A questão da evasão escolar deve ser analisada de diversas perspectivas, incluindo “o aprendizado, a eficiência dos professores, o serviço público, a igualdade de oportunidades, os investimentos que o país deve fazer em seu sistema educacional, a crise, os estilos de vida e trabalho na sociedade futura, as formas de cidadania.

Neste cenário, não há fracasso escolar, mas sim estudantes incapazes de aprender o que se espera deles. Por essa razão, observa-se uma taxa tão alta de abandono escolar. Assim, com base no exposto, fica evidente que o assunto evasão escolar necessita ser examinado através de vários debates que identifiquem várias causas e possíveis resoluções em várias perspectivas (Nunes, 2011).

Pois, segundo Nunes (2011, p. 25), “a família continua sendo um elemento crucial na educação, contudo, as razões para o abandono escolar abrangem questões mais profundas”. Um grande desafio é a desigualdade na distribuição de renda e a metodologia de ensino que ainda segue padrões do século XIX.

De acordo com Digiácomo (2011, p. 29), “a evasão escolar é uma questão persistente em todo o Brasil, frequentemente aceita e tolerada passivamente por escolas e sistemas educacionais”. Alguns chegam ao extremo de aceitar a inscrição de um número maior de estudantes por turma do que o necessário, já prevendo a "desistência" de muitos durante o ano letivo.

Sendo assim, as razões para a evasão escolar variam desde a necessidade do estudante de trabalhar para complementar a renda familiar até a má qualidade do ensino, que desencoraja a participação nas aulas. Em geral, com raras exceções, não existem, a não ser honrosas exceções, métodos efetivos e eficientes de combate à evasão escolar, seja no âmbito escolar ou no sistema educacional, seja municipal ou estadual (Nunes, 2011).

## **2.8. Relação Aluno-Docente: Fator Protetivo Contra a Evasão Escolar?**

Como mencionado anteriormente, apesar dos fatores de risco pessoais e familiares influenciarem a chance de abandono escolar, os fatores de risco ligados à escola são os alvos mais adequados para intervenção e, conseqüentemente, os alvos lógicos para a investigação. No que diz respeito aos fatores de risco para abandono escolar, nota-se os seguintes resultados: os meninos apresentam um rendimento escolar inferior, habilidades escolares menos eficazes e relações mais adversas com os docentes do que as meninas (Vitelli et al., 2016).

Ademais, com estes achados, observa-se que eles parecem ser mais impactados negativamente pela conquista de uma nota e por alterações na escola, dois elementos que moldam a forma como interagem com os colegas e contribuem para o seu isolamento (Fonseca, 2015).

Segundo informações de uma pesquisa realizada com uma amostra de 4.460 estudantes do Ensino Médio, a percepção negativa da relação entre aluno e professor é o elemento mais crucial na previsão do risco de abandono escolar, inclusive, para os estudantes do sexo masculino (Vitelli et al., 2016).

Fonseca (2015, p. 33) analisou o impacto da relação entre estudante e docente no risco de abandono escolar, utilizando uma amostra de 245 adolescentes matriculados em escolas situadas em comunidades

desfavorecidas. Os seus achados sugerem que “as interações calorosas com os docentes reduziram a probabilidade de abandono dos estudantes, ao passo que as relações conflituosas impactaram negativamente todos os estudantes”.

Conforme os achados de Figueiredo e Salles (2017, p. 15), “os estudantes que experimentam uma relação calorosa com o professor têm 17% menos chances de abandonar o curso do que aqueles que descrevem uma relação negativa”. Salata (2019, p. 28) evidenciou que “um bom relacionamento com o docente contribui para o progresso escolar, tendo acompanhado 21.000 adolescentes”. Ele afirmou que, “quando percebido de maneira positiva pelos estudantes, o vínculo com os docentes favorece tanto o aumento do rendimento quanto a redução de problemas disciplinares entre todos os estudantes”.

Dito de outra forma, uma relação positiva entre aluno e professor pode ser vista como um fator de proteção contra o abandono escolar. Em contrapartida, uma relação desfavorável aumenta o risco de abandono. Os achados de uma pesquisa conduzida por Veiga (2016, p. 23) com 867 alunos do Ensino Médio sugerem que “os alunos em situação de risco veem a sua interação com o docente de maneira mais negativa do que os estudantes sem risco”.

Sendo assim, com o exposto, entende-se que os estudantes em situação de risco exibem atitudes mais negativas em relação aos seus docentes, com relatos de menor participação, menor suporte do professor e veem as normas como menos claras em relação aos demais estudantes (Veiga, 2016).

Segundo os achados de pesquisas anteriores, as interações entre aluno e professor marcadas por dependência e conflitos, geralmente ligadas às vivências dos meninos, podem resultar em problemas de comportamento e fracasso escolar, fatores diretamente relacionados ao abandono escolar (Salata, 2019).

Ademais, essas demonstrações de desadaptação parecem se repetir anualmente. Nascimento (2020, p. 35) menciona que “os estudantes que inicialmente estabelecem relações negativas com os docentes, tendem a repetir esse padrão mais adiante em suas trajetórias educacionais”.

Dos 2.543 estudantes do terceiro ao quinto ano envolvidos na pesquisa conduzida por Souza (2013), os que tinham problemas comportamentais, “viam suas relações com os professores como mais negativas do que os demais.

Portanto, parece que as questões comportamentais ajudam a prever a evasão e impactam negativamente a relação entre aluno e professor, que também é um fator de risco para a evasão.

### **3. CONCLUSÃO**

Concluiu-se que vários fatores podem levar à evasão escolar, incluindo questões familiares, ausência de suporte, questões de saúde, entre outros. Os fatores familiares envolvem renda familiar, grau de instrução dos pais, violência doméstica, gravidez na adolescência, trabalho infantil, ausência de suporte e estímulo dos pais, desintegração familiar.

Os fatores educacionais envolvem distorção de conteúdos, desorganização no ambiente escolar, ausência de conexão do estudante com a instituição de ensino, falta de identificação do estudante com a escola, deficiência de estrutura educacional, educação de baixa qualidade, ausência de docentes.

Os fatores psicossociais envolvem bullying e discriminação no ambiente escolar, ausência de suporte emocional ou familiar, comportamentos de risco como consumo de drogas, sexualidade imprópria, agressividade excessiva e falta de adaptação social.

De tal maneira, constatou-se que o desinteresse escolar está ligado a diversos problemas ao longo da vida. Para diminuir a probabilidade desses problemas, é crucial entender os fatores que levam ao abandono escolar contínuo. Até o momento, não existe uma perspectiva quantitativa desses fatores e seus impactos.

Observou-se efeitos significativos para riscos relacionados a problemas físicos e mentais da criança (por exemplo, apresentar sintomas ou distúrbios psiquiátricos), uso de substâncias ilícitas, comportamento antissocial ou de risco, problemas na escola ou com ela (ter uma atitude escolar negativa), características da escola (má qualidade), problemas e desafios dos pais (baixo envolvimento) e problemas familiares. Em relação à desistência escolar, identificaram-se riscos parecidos ligados às características do grupo ou ao status social dentro dele.

A detecção antecipada possibilita ações mais abrangentes e menos custosas, deixando as ações individuais mais dispendiosas para um momento posterior. Para vencer o desafio de conclusão dos estudos, é necessária uma colaboração próxima entre as autoridades educacionais e outros setores governamentais, tais como serviços sociais e laborais, serviços de saúde e o sistema de justiça.

Deste modo, é imprescindível estabelecer novos paradigmas que permitam ao estudante pensar e construir seus conhecimentos a partir de informações obtidas fora da escola. A escola precisa entender a linguagem, a realidade desses estudantes e todas as formas de conhecimento que eles possuem, já que o fator extraclasse pode deturpar a cultura desses jovens que, aos poucos, estão se tornando os primeiros profissionais.

Assim sendo, a escola deve descartar os preconceitos de que é o local sagrado para o aprendizado, para evitar o extremo isolamento. Portanto, destaca-se que a questão da evasão escolar é uma realidade na educação pública. Embora alguns programas educacionais tenham desempenhado um papel crucial no combate a ela, os números de evadidos não demonstram sua efetividade, já que a maior parte deles sequer sai do papel.

## REFERÊNCIAS

ABDO, M. de M. P.; **Estrutura familiar e desempenho escolar dos filhos.** *In*: Encontro Nacional De Estudos Populacionais, 2018. Anais [...]. Poços de Caldas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2019.

AMORIM, M. G. R. de. **Educação para o trabalho no capitalismo: o ProJovem como negação da formação humana.** São Paulo: Instituto Lukács, 2018;

ARANHA, A. **A escola que os jovens merecem.** Revista Época. São Paulo, n. 587, 2009.

AZEVEDO, F. V. M. de. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal Expedito Alves.** Educação & Sociedade. Campinas.; vol. 31, n. 112, 2011.

BERTOLDO, E. **Trabalho e Educação no Brasil: Da centralidade do trabalho à centralidade da política.** Instituto Lukács. 2ª ed. São Paulo, 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>>. Acessado em 30 de janeiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Censo Escolar 2024**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/publicados-resultados-finais-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2024>>. Acessado em 30 de janeiro de 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. 2014. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acessado em 30 de janeiro de 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais de Revisão. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acessado em 30 de janeiro de 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acessado em 30 de janeiro de 2025.

CARMO, J. A. G. de. **Evasão Escolar e Vulnerabilidade Social: aspectos da realidade sócio educacional a partir de estudos no Colégio Estadual Professor Anderson Rangel nos anos de 2016 e 2017**. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016.

COSTA, R.; BRITTO, A.; WALTENBERG, F. **Efeitos da formação docente sobre resultados escolares do ensino médio**. Estudos Econômicos.; vol. 50, n. 3, 2020.

CUNHA, M. A. de A. **O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica**. Perspectiva. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis.; vol. 25, n. 2, 2017.

DENTZ, M. V.; SILVA, R. R. D. da. **Dimensões Históricas das Relações Entre Educação e Serviço Social: Elementos Para Uma Análise Crítica**. Serviço Social. São Paulo.; n. 121, 2015.

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão Escolar: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar**. Estudos em Avaliação Educacional.; vol. 30, n. 66, 2011.

DUAYER, M.; SIQUEIRA, A.; ESCURRA, M. **A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx**. SER Social. Brasília.; vol. 15, n. 32, 2013.

FERREIRA, L. A. M. **Evasão Escolar**. Estudos em Avaliação Educacional.; vol. 23, n. 52, 2011.

FIGUEIREDO, N. G. S.; SALLES, D. M. R. **Educação profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.; vol. 25, 2017.

FONSECA, C. S. **A evasão escolar na Universidade Aberta do Brasil: uma análise dos cursos ofertados no polo de Cruzeiro do Sul–Acre**. Estudos em Avaliação Educacional.; vol. 12, n. 4, 2015.

FORNARI, L. T. **Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital**. Revista Espaço Pedagógico. Passo Fundo-RS.; vol. 17, n. 1, 2010.

FREITAS, A. L. G. **O resgate social e o combate à evasão escolar por meio do esporte**. Monografia de Especialização. Curso de Especialização em Esporte Escolar – Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

GANDRA, J. M. de F. V. **O impacto da educação em tempo integral no desempenho escolar: uma avaliação do programa mais educação**. Dissertação de Mestrado em Economia – Faculdades de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa, 2017.

GUGELMIN, L. **Evasão escolar na educação profissional: diagnóstico dos cursos técnicos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco**. Dissertação de Mestrado – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Paraná, 2015.

KRAWCZYK, N. **Reflexão Sobre Alguns Desafios do Ensino Médio no Brasil Hoje**. Ação Educativa.; n. 6, 2011.

LIMA, M. F. de; JIMENEZ, S. V. **O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social**. Educ. Rev.; vol. 27, n. 2, 2011.

MENESES, J. D. **A Problemática da Evasão Escolar e as Dificuldades da Escolarização**. Olhar de Professor.; vol. 23, 2011.

NASCIMENTO, J. C. **Fracasso escolar e evasão no Ensino Médio no Brasil: estado do conhecimento**. Revista Educar Mais.; vol. 4, n. 2, 2020.

NERI, M. C. **Motivos da Evasão Escolar**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2009.

NUNES, A. **Determinantes da repetência escolar no Brasil: uma análise do painel dos censos escolares entre 2007 e 2010**. Brasília, DF: IPEA, 2011.

- OLIVEIRA, M. J. C. de. **Trajetórias escolares de alunos trabalhadores do ensino médio noturno – o significado da volta à escola.** Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.
- PALIANO, I. dos S. **Educação do campo: evasão escolar na Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental.** Dissertação de Mestrado – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Paraná, 2015.
- PORTELLA, A. L.; BUSSMANN, T. B.; OLIVEIRA, A. M. H. de. **A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro.** Nova Economia.; vol. 27, n. 3, 2017.
- QUEIROZ, L. D. **Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: para se pensar na inclusão escolar.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.; vol. 64, n. 147, 2011.
- RIANI, J. de L. R.; ASSIS, M. A. **Os determinantes do fluxo escolar no ensino médio em Minas Gerais (Brasil).** In: Encontro Nacional De Estudos Populacionais, 20., 2016. Anais [...]. Foz do Iguaçu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2017.
- RODRIGUES, L. P. **Evasão Escolar: uma expressão da questão social.** Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.
- SALATA, A. **Razões da evasão: abandono escolar entre jovens no Brasil.** Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares.; vol. 21, n. 2, 2019.
- SALLA, F. **Evasão Escolar.** Revista Nova Escola. São Paulo: Moderna, ano XXVI, n. 247, 2011.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 3ª ed. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2010.
- SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. de A. **Determinantes da evasão e repetência escolar.** In: Encontro Nacional De Economia, 44., 2016. Anais [...]. Florianópolis: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia - ANPEC, 2016.
- SILVA FILHO, R. B. ARAÚJO, R. M. de L. **Evasão e Abandono Escolas na Educação Básica no Brasil: Fatores, Causas e Possíveis Consequências.** Educação por escrito. Porto Alegre.; vol. 8, n. 1, 2017.
- SILVA, J. K. D. da.; DANTAS, B. H. L.; DANTAS, M. F. M. **Questão Social E Serviço Social: Desafios Contemporâneos do Trabalho Profissional.** VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. ANAIS, 2017;
- SOUSA, A. A. *et al.* **Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas?** Vértices, Campos dos Goytacazes/RJ.; vol. 13, n. 1, 2011.

SOUZA, J. A. da. **Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional.** Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica.; vol. 1, n. 6, 2013.

VEIGA, C. R. **Fatores predominantes da evasão escolar no Ensino Médio integrado: uma proposta de estratégia de prevenção para o Cefet/RJ.** Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares.; vol. 18, n. 4, 2016.

VITELLI, R. F. *et al.* **Evasão escolar na Educação Superior: de que indicador estamos falando?** Estudos em Avaliação Educacional.; vol. 27, n. 66, 2016.

VOGEL. I. **Evasão Escolar: estudo de caso no centro de educação profissional Getúlio Vargas.** Artigo. Curso Tecnólogo em Gestão Ambiental, 2023.